



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

SUZANA DOS SANTOS CIRILO

**PRÁTICAS EDUCATIVAS ANTIRRACISTAS PRESENTES NO LIVRO INFANTIL
*CACHINHOS, CONCHINHAS, FLORES E NINHOS***

**GUARABIRA
2021**

SUZANA DOS SANTOS CIRILO

**PRÁTICAS EDUCATIVAS ANTIRRACISTAS PRESENTES NO LIVRO INFANTIL
*CACHINHOS, CONCHINHAS, FLORES E NINHOS***

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, como requisito para a obtenção do título de especialista.

Linha de pesquisa: Educação Quilombola na Educação Infantil

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Patrícia Cristina de Aragão.

**GUARABIRA
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C578p Cirilo, Suzana dos Santos.
Práticas educativas antirracistas presentes no livro infantil cachinhos, conchinhas, flores e ninhos [manuscrito] / Suzana dos Santos Cirilo. - 2021.
54 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão, Departamento de Educação - CH."

1. Educação antirracista. 2. Literatura infantil. 3. Diversidade étnico-racial. I. Título

21. ed. CDD 372.24

SUZANA DOS SANTOS CIRILO

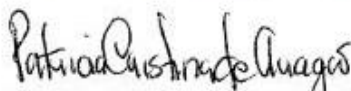
**PRÁTICAS EDUCATIVAS ANTIRRACISTAS PRESENTES NO LIVRO INFANTIL
CACHINHOS, CONCHINHAS, FLORES E NINHOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus Guarabira, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

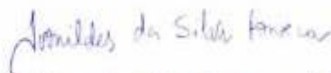
Linha de pesquisa: Educação Quilombola na Educação Infantil

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Cristina de Aragão (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^ª. Dr^ª. Ivonildes da Silva Fonseca (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Waldecir Ferreira Chagas (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus, pelo dom da vida, a minha família, amigos/as e colegas, pelo incentivo, pelas risadas e por não me deixarem desistir, mesmo nos momentos de maior dificuldade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Agradeço à minha mãe que sempre esteve ao meu lado e foi a minha maior incentivadora, que batalhou por anos para proporcionar a melhor educação para suas filhas.

As minhas irmãs que acreditaram no meu sonho e me deram forças todos os dias.

Agradeço a todos os docentes do curso que compartilharam seus conhecimentos em sala de aula e acompanharam a minha jornada até aqui.

Um agradecimento especial a minha professora, Dra. Patrícia Cristina de Aragão, que fez toda a diferença na orientação da minha monografia.

Aos amigos e amigas, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

A busca de si passa pela busca da consciência. Somente pela consciência do que sou posso ser livre, construtora do meu destino e somente tenho consciência de minha identidade se mergulhar em mim mesma. (Consuelo Dores Silva)

RESUMO

Este estudo tenciona discutir sobre práticas educativas antirracistas, tratando-se de uma proposta educacional na perspectiva do respeito às subjetividades e valorização da ancestralidade africana que deve ser efetivada com urgência na sociedade contemporânea. Esses valores devem ser trabalhados na educação infantil com objetivo de dar voz ao segmento negro da população e (re)significar a educação em prol da igualdade racial. Nessa premissa, o objetivo desta pesquisa é compreender como no contexto da Educação Infantil, as práticas educativas antirracistas mediatizadas pela literatura infantil contribuem na afirmação identitária da criança negra a partir do texto literário. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, para coleta de dados foi realizado uma pesquisa bibliográfica em autores como; Ribeiro (2019) que traz discussões sobre práticas antirracistas; Gomes (2002) discorre sobre a relevância do corpo negro e do cabelo crespo no âmbito educacional; Sousa (2018) aborda questões referentes a representatividade negra na literatura Infantil dentro e fora da sala de aula e Trinidad (2012) disserta sobre a diversidade étnico-racial como prática pedagógica durante a educação infantil. A análise documental teve por base a Lei Diretrizes de Base da Educação Nacional, Lei nº 9394; Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, Base Nacional Comum Curricular, Lei 10.639/2003. A obra literária analisada foi o livro infantil *Cachinhos, conchinhas, flores e ninhos* de Maurilo Andreas. A partir da pesquisa realizada, compreendemos que as práticas pedagógicas antirracistas presentes no livro analisado contribuem para o (re)conhecimento, autoaceitação e valorização das singularidades, dada a relevância do trabalho com a literatura infantil e afro-brasileira desde a mais tenra idade.

Palavras- chave: Educação antirracista. Literatura infantil. Diversidade étnico-racial.

ABSTRACT

This study intends to discuss about anti-racist educational practices, it is an educational proposal in the perspective of respecting the subjectivities and valuing African ancestry that must be carried out urgently in contemporary society. These values must be worked on in early childhood education in order to give voice to the black segment of the population and (re) signify education in favor of racial equality. In this premise, the objective of this research is to understand how, in the context of early childhood education, the anti-racist educational practices mediated by children's literature contribute to the identity affirmation of the black child from the literary text. It is a qualitative research, for data collection a bibliographic research was carried out on authors such as; Ribeiro (2019) who brings discussions about anti-racist practices; Gomes (2002) discusses the relevance of the black body and curly hair in the educational field; Sousa (2018) addresses issues regarding black representativeness in children's literature inside and outside the classroom and Trindade (2012) talks about ethnic-racial diversity as a pedagogical practice during early childhood education. The documentary analysis was based on the National Education Basic Law, Law No. 9394; Statute of Children and Adolescents - ECA, National Common Curricular Base, Law 10.639 / 2003 The literary work analyzed was the children's book "Curls, shells, flowers and nests" by Maurilo Andreas. From the research carried out, we understand that the anti-racist pedagogical practices present in the analyzed book contribute to the (re) knowledge, self-acceptance and appreciation of singularities, given the relevance of working with children's and Afro-Brazilian literature from an early age.

Keywords: Anti-racist education. Children's literature. Ethnic-racial diversity.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- A beleza nos/dos cachinhos da personagem.

FIGURA 2- Momento em que a menina é rejeitada por causa de seus cabelos.

FIGURA 3- Primeiro momento de comparação das singularidades de cada animal.

FIGURA 4- Segundo momento de comparação das singularidades dos animais.

FIGURA 5- Final da história que mostra a alegria da personagem reconhecendo suas singularidades.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PNLD- Programa Nacional do Livro e do Material Didático

LDB- Lei de diretrizes e bases da educação nacional

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

CNE- Conselho Nacional de Educação

PPP- Projeto Político Pedagógico

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UEMG- Universidade do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2.A QUESTÃO RACIAL NA ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL E LITERATURA.....	17
2.1 A educação infantil e o lugar da criança negra.....	17
2.2 Contribuições da literatura infantil na perspectiva da educação antirracistas.....	27
3.CONTRIBUIÇÕES DA OBRA LITERÁRIA “CACHINHOS, CONCHINHAS, FLORES E NINHOS” NA PRÁTICA ANTIRRACISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	35
3.1 Reflexões sobre a relevância da obra no contexto da educação infantil.....	35
3.2 Como trabalhar práticas antirracistas na educação infantil a partir da obra.....	41
4.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
5.REFERÊNCIAS.....	53

1. INTRODUÇÃO

As práticas racistas contra a pessoa negra sempre estiveram presentes em nossa sociedade como resquícios de uma elite colonizadora e eurocêntrica. Ribeiro afirma que “é praticamente impossível não ser racista tendo sido criado em uma sociedade racista” (RIBEIRO, p.38, 2019). Isso, todavia, não caracteriza que devemos tender a naturalização da segregação.

Ainda nesse viés, o grande desafio está em não admitir que vivemos imersos em um grande problema estrutural que precisa ser trabalhado de forma emergencial, fazendo-se necessário que os ambientes educacionais desenvolvam uma educação antirracista, com embasamento a partir da lei 10.639, de 2003, que favoreça a construção identitária da criança negra e não negra, perspectivando uma sociedade mais democrática. Uma vez que, “[...] a instituição escolar é vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade” (GOMES, p.40, 2002).

Tendo a escola como um espaço de socialização da multiplicidade cultural brasileira, a educação infantil torna-se o principal contexto no qual o docente deve trabalhar a valorização do respeito às subjetividades de cada indivíduo. O livro de literatura infantil e literatura afro-brasileira se destaca como meio de inserção dessa temática na sala de aula, essas literaturas precisam abordar as referências Culturais Africanas e Afro-brasileira, com objetivo de valorizar e construir a autoestima das crianças desde a mais tenra idade, nesse ponto, colabora a autora Ziviani (2012);

As manifestações de preconceito e discriminação estão presentes em todo ambiente socializador: na família, na escola, no trabalho, etc. Nessa rede de relações, situa-se a importância do “reconhecimento das identidades” que acontece nas interações sociais. O “reconhecimento” advém da necessidade que um grupo étnico tem de se ver conferido na história positivamente. (ZIVIANI, 2012, p.59).

Ziviani (2012) destaca a relevância do (re)conhecimento da ancestralidade durante o processo educacional, isso possibilita a valorização do povo negro que, muitas vezes é visto por uma ótica opressora, estigmatizada e inferior. Essa temática trabalhada na história de forma positiva objetiva dar mais valor e dignidade humana,

assim, a identidade torna-se algo desejável pelas crianças. Pois, é na educação infantil que a identidade racial da criança negra e não negra se constitui.

Sousa (2018), contribuindo também, argumenta que a literatura infantil como recurso pedagógico possibilita a aquisição de conhecimentos pertinentes sobre a ancestralidade africana, pois, a maioria dos livros infantis são ricos em cores e figuras que facilitam o imaginário da criança, na qual a mesma pode se projetar nas histórias contadas. A literatura infantil tem contribuição significativa na prática da educação antirracista quando trabalhada de forma adequada. Assim, a partir do texto literário o docente pode evidenciar a grande contribuição cultural da diáspora africana para construção da nossa sociedade.

No Brasil existe uma ampla diversidade cultural que alicerça nossa sociedade: temos pessoas negras, indígenas, asiáticas e europeus; as relações estabelecidas com esta diversidade contribuem para formação da nossa identidade. É assim que aprendemos e repassamos valores construídos historicamente.

Nessa direção, o objetivo geral deste texto é compreender como, no contexto da educação infantil, práticas educativas antirracistas mediatizadas pela literatura infantil contribuem na afirmação da identidade da criança negra. Nisso, alguns objetivos específicos foram contemplados: discutir sobre educação infantil, a partir da utilização de práticas educativas antirracistas; analisar o papel educativo da literatura infantil na elaboração de práticas educativas antirracistas na afirmação da identidade da criança negra; e, mostrar quais práticas educativas antirracistas estão presentes no livro *Cachinhos, conchinhas, flores e ninhos* e como o docente pode trabalhar essa obra na sala de aula da educação infantil.

Nessa direção, o docente passa a ter responsabilidade no desenvolver da educação das relações étnico-raciais. Os educandos, quando feito isso, terão conhecimentos a respeito da nossa sociedade multicultural. Trabalhar na sala de aula da educação infantil com leituras que tenham protagonistas negros/as que fale sobre a diáspora africana, são questões que auxiliam na afirmação identitária das crianças negras e não negras, pois contribui para compreensão da diversidade racial e social presente em nossa sociedade. Neste sentido, pretende-se analisar como a obra infantil “Cachinhos, conchinhas flores e ninhos” de Maurilo Andreas (2015) pode contribuir com práticas antirracistas durante a educação infantil e sua influência na construção identitária da criança negra.

O interesse por esta pesquisa surgiu da necessidade de, no ato de publicação, servir como reflexão para sociedade em geral, especificamente para os docentes, sobre a importância de trabalhar a representatividade negra na educação infantil a partir do texto literário. Visto que, um ensino que valoriza e referencia positivamente a pessoa negra, faz parte da educação antirracista. Esta pesquisa perpassa uma discussão atual, como colabora Djamilia Ribeiro (2019) que apresentar para as crianças livros com personagens negros que fogem de estereótipos são atitudes simples que contribuem na afirmação identitária das crianças.

A escolha pela obra “Cachinhos, conchinhas, flores e ninhos” de Maurilo Andreas (2015) se deve ao fato que percebemos no livro de história infantil o trabalho ao respeito às diferenças, autoestima e identidade. Ele nos mostra a importância da aceitação de si e do outro, também nos faz enxergar a beleza de ser como nós somos, desconstruindo os padrões eurocêntricos que primam um ideal do bonito. Como o próprio autor diz: “[...] cada um é bonito do seu jeito (ANDREAS, p. 20, 2015).

Uma anotação importante é que a obra de Maurilo Andreas está vinculada ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD do governo federal, isso complementa a importância e a facilitação de encontrar a obra no espaço escolar.

Para a realização deste texto, optamos por uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória. Esse tipo de pesquisa “investiga e interpreta os contextos, programas governamentais, instituições públicas ou privadas, problemáticas relacionadas a um grupo de pessoas, a um processo ou a prática educativa” (TORMES, MOURA, 2018, p.19).

A coleta de dados foi realizada através da pesquisa bibliográfica, a fim de conhecer as literaturas já produzidas sobre o tema. Dessa forma, “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema à luz de um novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.183). Para isso, destacamos alguns autores que fundamentarão a discussão desta pesquisa, como Ribeiro (2019) que traz discussões sobre práticas antirracistas; Gomes (2002) discorre sobre a relevância do corpo negro e do cabelo crespo no âmbito educacional; Sousa (2018) aborda questões referentes a representatividade negra na literatura Infantil dentro e fora da sala de aula; e Trinidad (2012) que disserta sobre a diversidade étnico-racial como prática pedagógica durante a educação infantil.

A análise documental foi realizada com base na Lei Diretrizes de Base da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 - LDB; O Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, Lei 8. 069 que foi promulgada em 13 de julho de 1990; na Base Nacional Comum Curricular- BNCC, aprovada em dezembro de 2017; e na Lei 10.639 aprovada em 2003, esta propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica.

A obra literária foi o livro infantil *Cachinhos, conchinhas, flores e ninhos* publicado no ano de 2015 pelo escritor Maurilo Andreas, serviu como fonte de análise para sugestões de práticas antirracista que deverão ser desenvolvidas pelo docente na sala de aula da educação infantil, com objetivo de promover o respeito às diferenças, autoestima e construção identitária da criança negra.

Através desta pesquisa, tantos os professores/as, quando a sociedade civil terá o embasamento necessário para conhecer um pouco sobre o que são as práticas antirracista, podendo aplicá-las no cotidiano escolar, objetivando um futuro sem racismo e sem discriminação contra a pessoa negra, pois trabalhar com a literatura infantil e afro-brasileira possibilita a construção identitária racial da criança e contribui para desconstrução de estereótipos instituídos socialmente pela branquitude.

O primeiro capítulo deste trabalho faz o resgate histórico sobre educação infantil e o lugar da criança negra, mostra como se concebeu o significado de infância, este foi se (re)construindo ao longo dos anos. Cita também alguns dos avanços significativos que ocorreram na educação através das legislações, onde as crianças passaram ter o direito e obrigatoriedade do acesso à educação de forma gratuita e ofertada pelo Estado, algo antes negado ao público infantil, principalmente a criança negra – aqui caberia algumas considerações que não tencionamos discutir por então.

Em consequente, no segundo capítulo destacamos a obra literária infantil *Cachinhos, conchinhas, flores e ninhos* (Andres, 2015) e suas contribuições na/para prática de uma educação antirracista na educação infantil; citamos exemplos de algumas práticas pedagógicas que o docente pode utilizar na sala de aula, podendo auxiliá-lo na construção identitária da criança negra e não negra.

2. A QUESTÃO RACIAL NA ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL E LITERATURA

“Quando criança, fui ensinada que a população negra havia sido escrava e ponto, como se não tivesse existido uma vida anterior nas regiões de onde essas pessoas foram tiradas à força. Disseram-me que a população negra era passiva e que “aceitou” a escravidão sem resistência. Também me contaram que a princesa Isabel havia sido sua grande redentora. No entanto, essa era a história contada do ponto de vista dos vencedores[...]” (RIBEIRO, 2019, p.7).

O relato de Ribeiro (2019) chama atenção para reflexão sobre a versão da história da diáspora africana disseminada na sala de aula da educação infantil. Na contemporaneidade, várias crianças negras e não negras ainda recebem essas informações sobre a ótica da instituída branquitude. Precisa-se, com isso, ser desconfigurada a partir da educação antirracista, com práticas pedagógicas embasadas na literatura infantil e afro-brasileira que referencie positivamente as contribuições históricas desses povos na construção sociocultural do Brasil.

2.1 A educação infantil e o lugar da criança negra

Vários pesquisadores evidenciaram a importância da infância como a primeira fase da vida do ser humano na construção de sua personalidade. Tudo que se vivencia e aprende durante esse período fica marcado por toda história de vida; nesse lugar, também é evidenciado como a fase em que os sujeitos têm maior facilidade de aprendizado. Nesse contexto, é relevante fazer um resgate histórico sobre a procedência das as concepções de criança e conseqüentemente a infância.

Os conceitos de criança e infância sofreram várias alterações ao longo da história da humanidade. Aries (1981) mostra que o século XII foi marcado por profundo descaso em relação à higiene e saúde, fazendo com que os índices de mortalidade infantil fossem cada vez mais alarmantes. Neste período, os próprios pais se ausentavam de dedicação e cuidados com os bebês abaixo de 2 anos de idade, pois, para eles, as chances desses seres tão frágeis sobreviverem eram mínimas. Assim, a criança só tinha algum tipo de identidade se conseguissem sobreviver a tal descaso e conseguissem realizar atividades de adulto.

Ariés (1981) ainda chama atenção para a questão da “paparicação”, como era concebido o processo de afeto:

Contudo, um sentimento superficial da criança – a que chamei de “paparicação” – era reservado á criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ÁRIES,1981, p.10 *apud* CALDEIRA, 2021, p.2).

Mediante o posicionamento do autor, percebemos que não existia espaço para infância durante esse período. Enfatizamos que no decorrer do século XIII, época em que as crianças passaram a ser vistas como adultos em miniatura, não se observava seu desenvolvimento e suas necessidades, desrespeitando, com isso, seus pensamentos, suas culturas e seu espaço de voz perante a sociedade.

Segundo Caldeira (2010), as primeiras descobertas do significado de infância ocorreram entre os séculos XV e XVII, período que se compreendeu que as acrianças precisavam de tratamento diferenciado até chegarem à vida adulta. Esse tratamento diferenciado, nesse ponto, seria possível por meio da educação. Destaca-se, nesse caminho, uma educação de caráter religioso e extremamente rígida, ou seja, que desconsiderava-se os processos de maturação desses indivíduos. No período compreendido entre os séculos XIX e XX é possível perceber uma preocupação dos pais com relação aos estudos de seus filhos, dando a eles/as a visibilidade, pois antes, estes viviam em anonimato.

É necessário enfatizar que os termos ‘criança’ e ‘infância’ não são sinônimos, uma vez que, existem uma diversidade de interpretações e concepções do que venha a ser a criança e as possibilidades de infâncias. Tais conceitos, entendamos, fundamentam-se na construção sociocultural de cada indivíduo.

Outro ponto versa sobre o ambiente onde a criança vive, que corrobora para construção de suas singularidades. A partir de uma leitura de Jácome (2018), entende-se a criança como sujeito ativo em seu processo histórico e é através das interações com outros indivíduos que ela constrói sua identidade e compreende de maneira individual o ser/viver no mundo. Portanto, a infância não se ancora unicamente na faixa etária, mas nos mais diversos fatores sociais.

. Desta forma, já percebemos que nesses períodos a criança não tinha acesso à infância ou direito à vida. Sendo ela vista como um adulto em miniatura, uma pessoa

que deveria realizar os mesmos trabalhos de um adulto, o sentimento de pertencimento familiar não existia, sendo possível constatar, destarte, que nem sempre houve infância.

Após esses períodos, com o crescente poder da burguesia e desenvolvimento capitalista, surgiram outros estudos e visões de sociedade e, com isso, aparece as primeiras ideias de creche, surgindo na Europa, no final do século XIX, com intuito apenas de guardar as crianças de 0 a 3 anos de idade durante o período em que as famílias estavam trabalhando.

No Brasil não foi diferente: o surgimento da creche veio através do processo de industrialização e urbanização do país. Os empresários começaram a construir vilas operárias com intenção de manter os filhos dos operários mais próximos e aumentar a produção das fábricas.

Segundo Rosemberg (2012), o reconhecimento da educação infantil no Brasil em creches só foi possível através da constituição de 1988, a denominada “constituição cidadã” que conferiu direitos aos segmentos sociais negligenciados anteriormente, como as mulheres, os/as negros/as, os/as indígenas, os/as portadores/as de necessidades especiais, as idosas, as crianças e os adolescentes que passaram a receber atenção especial, assim as crianças com menos de 7 passaram a ter direito à educação em creches e pré-escolas ofertadas pelo Estado. Além disso, reconheceu o país como plurirracial e multilinguístico, incorporando o aporte de negros/as e indígenas ao patrimônio nacional.

O país começou, a partir disso, a se preocupar em elaborar leis que atendessem essa nova demanda educacional. Mathias e Paula (2009) argumentam que a primeira legislação da história que acrescentou direitos educacionais as crianças de 0 a 6 anos foi a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, (LDB). A partir desta lei todas as crianças passaram a ter vagas nas em creches e pré-escolas.

A lei também reconheceu essas etapas educacionais como parte fundamental da educação básica. Rosemberg (2012) acrescenta que, através da lei, as instituições de educação infantil tinham a incumbência de educar e cuidar como formas indissociáveis. A LDB então reconfigura a concepção de infância e educação outrora historicizada. Assim, a visão de educação assistencialista perde espaço para uma

nova concepção de educação que reconhece a criança como ser dotado de culturas e direitos.

Com o Estatuto da Criança do Adolescente (ECA), aprovado em 1990, surge outra visão possível. O ECA teve como princípio reforçar a responsabilidade de proteção integral das crianças e adolescentes até os 18 anos, assegurando-lhes direitos fundamentais para uma vida digna mesmo antes do nascimento. Também, ele atribui os direitos que foram negados historicamente pelas desigualdades sociais: a criança passa a ser vista como um ser pensante, que tem contribuições socioculturais importantes.

O ECA em seu artigo 3º mostra que:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, p.15).

A partir desse marco histórico, observamos que na contemporaneidade são atribuídas às crianças os direitos essenciais para uma vida digna, conforme aponta o estatuto, o que vem mostrar o reconhecimento da criança e seu pertencimento social. Além desses direitos, as crianças também têm a obrigação de frequentar a escola.

Outras alterações surgiram na LDB, que, por meio da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, torna-se obrigatório o ensino a partir dos 4, até os 17 anos, ficando sobre responsabilidade dos pais matricular as crianças na educação infantil a partir dos 4 anos e por sua permanência até os 17.

É relevante enfatizar que também temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em dezembro de 2017, que regulamenta quais são as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas brasileiras públicas e particulares. Neste documento, a educação infantil está organizada para atender as especificidades de cada criança de acordo com sua faixa etária, ficando distribuída da seguinte forma, a creche será frequentada pelas crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, e a pré-escola de 4 a 5 anos e 11 meses. Segundo a BNCC a educação infantil é;

[...] o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem em uma situação de socialização estruturada (Base Nacional Comum Curricular, 2017, p.36).

A educação infantil, nisto, vai de encontro as vivências e conhecimentos construídos pelas crianças no âmbito familiar e social. Tem como principal objetivo ampliar as habilidades das crianças de forma diversificada, complementando a educação familiar e sendo fundamentada em 6 eixos de aprendizagens que devem nortear a prática pedagógica do/a professor/a: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Nas palavras de Campos (2011) a natureza da educação infantil é:

fonte de sua identidade, como, por exemplo: a) essa etapa educativa é orientada por uma especificidade, decorrente da própria natureza dos processos educativos desenvolvidos com e para as crianças pequenas; b) educar e cuidar, tomados de modo indissociável, constituem-se como núcleos estruturantes tanto das propostas curriculares quanto da prática docente em creches e pré-escolas; e c) o trabalho pedagógico desenvolve-se em relação de complementaridade com as práticas educativas e de socialização desenvolvidas pelas famílias (CAMPOS, 2011, p.220).

Como a própria BNCC argumenta, a educação infantil é a fonte para construção identitária da criança; as produções de conhecimento e as relações sociais interferem e influenciam, modelando essa identidade. Pois, se compreendermos a concepção de infância como algo mutável, que perpassa os diferentes contextos, raças, etnias, religiões. Podemos afirmar, com isso, que é impossível a construção social da infância como homogênea, pois os processos de socialização são desiguais.

Partindo dessa discussão em torno da infância e tendo a infância negra como resultado dessa socialização desigual, nota-se o acarretamento de(as) penalidades impostas por um sistema escravocrata outrora vivenciado em nosso país. Ribeiro (2019, p.33) corrobora quando afirma que “a branquitude também é um traço identitário, porém, marcado por privilégios constituídos a partir da opressão de outros grupos”. Pois, as concepções de infância negra, surgem ancoradas em um sistema burguês no qual as pessoas negras eram submetidas as condições de vida precárias pelos seus donos que as exploravam e, as crianças negras ficavam entregues à própria sorte, visto que muitas mães, mulheres negras, serviam de amas-de-leite para as crianças brancas.

Sobre o conceito de “branquitude”, citado por Djamila Ribeiro (2019), se configura como um sistema estrutural que beneficia as pessoas brancas, no qual o ser o branco representa o sujeito universal que direciona os lugares privilegiados

socialmente a essas pessoas. Esse sistema contribui, ainda, para a perpetuação e reprodução dos preconceitos raciais.

Neste sentido, é possível constatar que a estrutura escravocrata deixou como herança para o povo brasileira “o racismo” que colocou as pessoas negras à margem da sociedade, impondo a cultura branca e patriarcal como referencial de ser humano. Ribeiro (2019, p.12), nisso, comenta que o racismo é um sistema de opressão que nega direitos às pessoas negras, resultando em um sentimento de inferioridade e negação da sua cor – e de sua existência. Essas características que fundamentaram a construção identitária do negro/a no Brasil afetam diretamente a identidade da criança negra.

Partindo desse pressuposto, é relevante refletir sobre o lugar da criança negra e o papel da escola frente a esse processo de formação identitária durante a educação infantil. A escola é, portanto, o espaço onde as diversas culturas se encontram e convivem a maior parte do tempo. Nesse espaço é que o racismo precisa ser combatido, isso pode acontecer através dos conhecimentos repassados pelos docentes durante sua prática pedagógica. Os docentes precisam olhar para os conteúdos escolares de forma crítico-reflexivo e abandonar os comportamentos preconceituosos e depreciativos que muitos carregam sobre o povo negro.

Leite, Ramalho e Carvalho (2019, p.2) trazem algumas contribuições a respeito dessa proposta de educação que reprime as pessoas que não pertencem ao padrão de ser humano idealizado, isto fruto de uma perspectiva eurocêntrica de educar e de uma prática colonizadora, pautada na anulação dos múltiplos saberes construídos historicamente pelas pessoas negras:

A escola brasileira, entretanto, carrega a herança de nosso passado colonial, que impôs a cultura e o conhecimento de povos dominantes a outros povos e culturas que se expressavam de forma distinta e, por isso, não eram reconhecidos como legítimos. A atuação da escola, dentro dessa lógica, muitas vezes, significou a destruição de culturas de povos tradicionais e dos saberes oriundos desses povos, revelando a violência da escola hegemônica brasileira, que hierarquizou e inviabilizou conhecimentos e sujeitos, sob o manto da meritocracia (LEITE, RAMALHO e CARVALHO, 2019, p.2).

Essa proposta de educação eurocêntrica ainda tão presente na contemporaneidade acontece por falta de formação dos professores/as, muitos educadores não sabem como executar práticas pedagógicas que contribuam para

construção identitária da criança negra e acabam reforçando estigmas de segregação da pessoa negra.

Urge, frente a isso, que tais paradigmas precisam ser trabalhados com intuito de construir uma identidade positiva da criança negra durante a educação infantil. Munanga (1994) destaca que o ser humano sempre procura algo pertinente de sua convivência social para compor sua identidade, então, se a cultura negra não é mostrada como algo pertinente, ela dificilmente fará parte da definição identitária da criança negra.

A percepção do outro é extremamente importante quando se trata da educação infantil, é através dessa relação que é construído a identidade racial da criança. Desse modo, o papel do educador infantil é fundamental para alicerçar a educação nas relações étnico-raciais para que os alunos possam compreender que não vivem numa sociedade monocultural, pelo contrário, vivemos numa sociedade multicultural. Assim, devemos desvelar a ideia de que só temos uma raiz étnico-racial e pensar de forma contrária a esse argumento nos cristaliza e nos aprisiona no ato de ensinar.

Observamos alguns avanços nas legislações educacionais em prol da valorização da diversidade cultural brasileira, como a Lei 10.639, de 2003 que versa sobre a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira, e torna obrigatória o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil. A lei obriga a inclusão dessa história nos currículos educacionais de todas as instituições, assim, faz-se necessário que os ambientes educacionais, em especial a educação infantil, busquem desenvolver práticas efetivas de uma educação antirracista embasadas nessa lei, que favoreça a construção identitária da criança negra, perspectivando uma sociedade mais igualitária. Nilma Lino Gomes (2002) colabora para essa afirmação quando acrescenta que é na instituição escolar que aprendemos e compartilhamos saberes, preconceitos, hábitos e crenças: é nesse ambiente que a prática pedagogia antirracista precisa ser efetiva e, trabalhada da forma correta.

Essa prática, durante a educação infantil, pode acontecer através da literatura, pois, a partir do texto literário o docente pode evidenciar a grande contribuição cultural dos negros da diáspora africana para construção da nossa sociedade. Ribeiro (2019) reforça essa importância de referência positiva sobre as pessoas negras nos livros didáticos, e nos vários ambientes sociais. Pois, segundo sua concepção:

Um ensino que valoriza as várias existências e que referencia positivamente a população negra é benefício para toda a sociedade, pois conhecer histórias africanas promove outra construção da subjetividade de pessoas negras, além de romper com a visão hierarquizada que pessoas brancas têm da cultura negra, saindo do solipsismo branco, isto é, deixar de apenas ver humanidade entre seus iguais. Mais ainda, são ações que diminuem as desigualdades (RIBEIRO, 2019 p.41- 42).

Consoante a esse contexto, o docente da educação infantil tem função fundamental no desenvolvimento de uma educação das relações étnico-raciais. Quando essas questões são silenciadas estamos negando a humanidade dessas pessoas e impossibilitando-as de existir enquanto sujeitos. Obrigar as crianças negras a seguirem padrões que negam suas origens identitárias corroborara para o fracasso e exclusão dentro da instituição escolar. Esse ciclo de exclusão que vem se perpetuando precisa ser rompido. Acreditamos que o ambiente educacional seja a porta para libertação das vozes silenciadas pela branquitude.

Diante desses argumentos, e dos avanços que tivemos ao longo da história educacional, cabe ressaltar o que traz a LDB sobre os currículos da educação infantil, quais princípios devem nortear essa prática. O artigo 26A da referida lei, no parágrafo primeiro, destaca que;

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Lei de diretrizes e bases, 1996.p.9)

O artigo da LDB explicita nitidamente a importância da diversidade cultural das raças existentes em nosso país. A educação precisa abordar essas temáticas objetivando a diminuição dos atos discriminatórios que ocorrem muitas vezes na sala de aula, além de incentivar a identidade positiva dos vários grupos étnicos locais e regionais. Para efetivação da educação antirracista na educação infantil, os docentes precisam abandonar práticas de educação que engessam as crianças. É preciso romper com essa casca eurocêntrica e mergulhar na diversidade de conhecimentos buscando sempre a autonomia e valorização de cada subjetividade no âmbito educacional.

A política educacional mencionada anteriormente garante uma educação de qualidade e diversificada para a todos os cidadãos, mas, a partir do momento que o professor/a em sua prática na sala de aula invisibiliza a estética negra, valorizando apenas traços da “branquitude” como belos e puros, ele/a nega esse direito de qualidade educacional as pessoas negras. É preciso enfatizar que durante a educação infantil as relações étnicas precisam ser trabalhadas de forma adequada, através da prática de educação na qual as crianças se reconheçam como belas e cresçam com empoderamento e valorize suas raízes.

A BNCC elenca 10 (dez) competências gerais para as três etapas da educação básica, perspectivando o desenvolvimento das habilidades, atitudes e valores articulados com o artigo 26 da LDB. Assim, fazemos um destaque para competência de número 9 que trata do respeito diversidade;

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (Base Nacional Comum Curricular-BNCC, 2017, p.10)

Respeitar o outro e suas diversas manifestações culturais, excluindo qualquer tipo de julgamento prévio, desenvolvendo a cooperação e empatia para com essa diversidade, são competências que precisam ser efetivas no currículo educacional. A convivência com o outro precisa ser embasada no diálogo, e na colaboração de toda a equipe educacional, respeitando a diversidade social, econômica, política e cultural de cada indivíduo

As opressões de determinados grupos sobre outros não podem se perpetuar, e o grande espaço para uma verdadeira erradicação dessas opressões raciais é a sala de aula da educação infantil: “devemos pensar uma reconfiguração do mundo a partir de outros olhares, questionar o que foi criado a partir de uma linguagem eurocêntrica” (Ribeiro, 2018, p.22), afim de estimular a identidade positiva das pessoas negras através do reconhecimento das contribuições de seus ancestrais africanos em nosso cotidiano.

Ensinar a conviver e respeitar o outro é um trabalho da família e da escola, pois é importante que na educação infantil sejam trabalhados temas que tratem das relações raciais, pois os traços étnicos como cor, cabelo e aspectos culturais são

presentes no dia a dia das crianças e isso sempre cria curiosidade e conflitos identitários que não podem ser invisibilizados pelos educadores.

A educação infantil pode aparecer como o berço dessa decolonização porque é lá que as crianças vão se reconhecendo, construindo sua identidade. Oliveira e Candau (2010) argumentam que a pedagogia decolonial busca combater as práticas de racismo através da divulgação e produção de conhecimentos, causando uma reeducação dos cidadãos (crianças) para que se eduquem de forma orgulhosa sobre seu pertencimento racial, que tenham seus direitos garantidos e sua identidade racial valorizada. Possibilitar o acesso a essas informações é acreditar na esperança de um futuro com práticas efetivas de educação antirracistas, na qual alguns seres humanos não serão mortos por causa da sua cor de pele e que a estética negra não seja estigmatizada.

Esses autores reforçam ainda que é preciso desconfigurar o mito da democracia racial e adotar estratégias pedagógicas de valorização das diferenças. Para isso, o parecer do Conselho Nacional de Educação-CNE/CP n.º 3, de 10 de março de 2004 que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana desta que o docente precisa:

[...]desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. ((BRASIL Parecer do CNE, 2004, p. 5)

O parecer reforça a prática da pedagogia decolonial defendida por Oliveira e Candau (2010) que abordam a questão étnica brasileira de forma multicultural. Os fundamentos deste documento, nessa direção, dizem respeito a igualdade dos sujeitos de direitos e a noção de democracia fundamentada nas questões plurais e valorização das identidades.

Carvalho (2012) argumenta que várias pesquisas já afirmaram que a participação da criança na educação infantil tem contribuições significativas na interação social dessas crianças, já que esse tipo de educação é planejado para um público específico. Assim, as instituições que ofertam a educação infantil possuem o papel de socializar o desenvolvimento infantil com base na família e na sociedade.

Além disso, precisa ofertar as crianças o acesso aos diferentes tipos de conhecimentos que a diversidade cultural do país oferece, perspectivando um futuro com menos racismos, no qual as crianças sintam-se orgulhosas de suas origens.

2.2 As contribuições da literatura infantil na perspectiva da educação antirracista

É relevante fazer um resgate histórico dos primórdios da literatura infantil, que teve início no século XVII, época em que se reorganiza o ensino fundamentado no sistema burguês. Segundo Bernadinelli e Carvalho (2011), essa origem literária objetivava a uma prática pedagógica que facilitasse o ensino como mera transmissão de valores familiares da vida doméstica e, uma educação voltada especificamente para herdeiros. As histórias criadas neste período demarcavam claramente o sentido de bem e do mal a ser praticado pelas crianças.

Conforme Zilberman (2014), os tradicionais contos de fadas que conhecemos hoje, teve suas origens na França, final do século XVII, com Perrault, que teve a preocupação de reescrever as narrativas contadas oralmente pelos camponeses, retirando os conteúdos obscenos e passagens canibalistas, já que os contos eram destinados para todas as pessoas, sem diferenciação de faixa etária. Os dois componentes que fundamentavam a composição dos relatos orais, conhecidos como contos de fadas, eram a violência e a magia. Comenta:

[...]a violência, pois, além dos perigos, que nem sempre se concretizam (chapeuzinho sobrevive ao lobo, e João e Maria escapam da bruxa), presenciemos acontecimentos decorrentes do uso da força, movidos seja por maldade, seja por necessidade de sobrevivência. Envenenamentos, devoração seres humanos por animais, automutilação, dilaceramento de órgãos - eis algumas das ações que encontramos em contos como "Branca de Neve," "Chapeuzinho Vermelho", "Cinderela" e "A Bela Adormecida", provavelmente as histórias mais conhecidas do gênero. O outro fator advém da presença da magia, resultante das ações de seres dotados de propriedades sobrenaturais, como fadas, bruxas, feiticeiros. Nem sempre o componente mágico coincide com uma personagem; pode provir, por exemplo, do fato de animais falarem, como em "chapeuzinho Vermelho", das metamorfoses experimentadas por seres vivos, como em "O príncipe e o sapo", ou do ambiente fantástico por onde circulam heróis e antagonistas, como o palácio encantado de "A Bela e a Fera (ZILBERMAN, 2014, p.91).

No Brasil, a literatura infantil surgiu timidamente no final do século XIX, sobre ótica de produções dos contos de fadas outrora citados. Silva (2009) afirma que

surgiram várias adaptações e traduções dos textos de Perrault, Andersen, Irmãos Grimm, que resultou em vários problemas já que os textos se tratavam de produções culturais de outro país. Nesse cenário, o percurso da literatura infantil foi sofrendo adaptações de acordo com momento histórico, reconfigurando-se e construindo novas literaturas, uma vez que necessitava-se de textos que abarcassem os leitores infantis.

Santos e Oliveira (2012) argumentam que foi Figueiredo Pimentel, que, embasado nas tradições europeias desenvolveu textos como 'História da carochinha' e 'Histórias da avozinha' configurado como produção nacional brasileira para crianças. Assim, os próximos escritores da época começaram se desvincular da Europa, objetivando produções cada vez mais enraizadas em nossas histórias. O grande nome da literatura infantil no Brasil, contudo, foi José Bento Monteiro Lobato, que nasceu em São Paulo, e desde da adolescência, já praticava produções de crônicas e artigos para imprensa no interior da capital paulista. Sua paixão pela leitura era nítida, ele tinha uma preocupação com a renovação da literatura brasileira, buscando sempre inspiração na realidade local.

Santos e Oliveira (2012) trazem que com a obra 'A menina do narizinho arrebitado', publicada em 1920, deu-se o início de uma produção literária direcionada para crianças, sem embasamentos moralistas que até então eram predominantes na época. O sucesso da obra foi possível porque as crianças se identificaram com a personagem da história narrada. Junto com Narizinho, também, nasciam Dona Benta, Emília, Tia Nastácia, Pedrinho, Visconde de Sabugosa, Marquês de Rabicó, e vários outros personagens que se aventuravam em um sítio do pica-pau amarelo.

Santos e Oliveira (2012) ainda acrescenta que, além de suas produções originais, Lobato também realizava adaptações e recriações de fábulas de outros países. Na época da publicação, o Brasil vivia um período ditatorial, onde o Estado controlava todo tipo de informação ou produções literárias. Getúlio Vargas tornou-se um importante incentivador da cultura, desde que ela mantivesse a população sob controle a partir de suas concepções.

Partindo desse lugar de uma dita dominação populacional da era Vargas, é relevante destacar o papel do negro nessas literaturas iniciantes. É inegável o legado de Monteiro Lobato na construção de literaturas infantis, porém o autor acaba reforçando o lugar social da pessoa negra, em especial da mulher negra, quando

colona Tia Nastácia (personagem negra) para ser a empregada doméstica, típico do que era vivenciado na época dessa criação literária.

Diante disso, é relevante destacar o porquê da preocupação de se criar um gênero literário destinado para crianças, nesse contexto, ele tem contribuição significativa na construção da identidade da criança, principalmente os contos de fadas ainda tão presentes em nossa contemporaneidade:

[...] os contos de fadas acabam por reforçar a autoimagem do leitor, colaborando para seu crescimento interior e autonomia, o que justifica não apenas a popularidade que detém até nossos dias, como também a permanência das figuras principais, convertidas, de certo modo, em símbolos de comportamentos e ideias, ultrapassando, portanto, o âmbito primeiro dentro do qual foram criados (ZILBERMAN, 2014, p.92).

O mundo de ficção, das histórias contadas favorece as crianças a criação do mundo de faz de contas, estimulando a imaginação e representação das mesmas no cenário criado. A criança na mais tenra idade já demonstra interesse em ouvir as histórias orais repassadas por seus familiares, por isso a importância de se criar um gênero específico para esse público, com o intuito de fomentar ainda mais a identidade leitora das crianças e contribuir para ampliação de seus conhecimentos.

Quando a família tem o hábito de fazer leituras orais para as crianças, começa a despertar o ser leitor desses pequenos. É importante que, mesmo sem ter o domínio do código escrito, a criança tenha contato com os textos orais em casa, em seu cotidiano. Assim, quando a criança começar a frequentar a escola, o educador/a vai despertar ainda mais esse prazer pela leitura, através de ações pedagógicas bem direcionadas.

A contribuição da literatura infantil no desenvolvimento social da criança é bastante pertinente. Na contemporaneidade, nisso, é preciso que os docentes utilizem as produções literárias adequadas com o objetivo de fomentar na criança o reconhecimento e valorização de si e do outro. Portanto, a primeira coisa que deve ser feita pelo professor/a é a escolha da história. Nesse momento de escolha do texto a ser trabalhado é importante que os mesmos estejam adequados a faixa etária das crianças; necessita-se, ainda, de procurar histórias que mostrem a diversidade cultural do país, sem sobreposição de raças ou etnias. Para que as crianças sintam-se bem representadas e tenham prazer em ler ou ouvir a história. Como coloca:

Diante do contexto educacional atual é urgente que as reflexões que abordam a diversidade cultural do nosso país tornem-se presentes em todos os espaços escolares, isto é, desde a primeira etapa da Educação Básica. Dentro do cotidiano escolar da Educação Infantil está presente a prática da Contação de Histórias. É visível a preferência dos docentes em adotar esta ação enriquecedora como o condutor inicial para abordar as mais diversas áreas de conhecimento do universo infantil (SOUSA, 2018, p.2).

É relevante que o docente, ao escolher as metodologias educacionais para trabalhar na educação infantil, a exemplo do livro de literatura infantil, façam uma análise dos personagens, verifiquem como o livro mostra os personagens negros/as, se trazem as contribuições necessárias para erradicação do preconceito racial. Deste modo, o docente tem a função de desconstruir os estereótipos impostos socialmente sobre o povo negro, e a educação tem o dever de buscar tratamento igualitário para todas raças, algo que não acontece com frequência nos espaços de educação infantil. Trinidad (2012) reafirma que:

[...] as infâncias vivenciadas de forma desigual e os tratamentos díspares para as crianças pertencentes aos diferentes grupos étnico-raciais, particularmente negros e brancos em espaços de educação infantil, outros estudos realizados com crianças pequenas – escutando suas vozes – demonstraram que elas, em tenra idade, constroem suas identidades e identificações étnico-raciais pautadas em significados sociais das quais vão se apropriando por meio de suas vivências. (TRINIDAD, 2012, p.124)

Assim, a referenciação literária positiva sobre as pessoas negras é fundamental, visto que, segundo dados do IBGE, 54% da população brasileira é negra e essa parcela da população ainda sofre com as práticas racista presente na atualidade.

O caminho para desconstrução dos estereótipos dirigidos à pessoa negra começa na base educacional, na educação infantil, pois é nessa etapa que as crianças estão mais propícias a adquirir conhecimentos relacionados a sua ancestralidade. Outra contribuição de extrema relevância para prática da leitura e desenvolvimento da criança na perspectiva antirracista é através da literatura infantil afro-brasileira, tipo específico de texto literário que desconfigura os estereótipos lançados pela branquitude sobre as pessoas negra.

Mariosa e Reis (2011), afirmam que esse tipo de literatura busca:

[...] romper com as representações que inferiorizam os negros e sua cultura. As obras os retratam em situações comuns do cotidiano, enfrentando

preconceitos, resgatando sua identidade e valorizando suas tradições religiosas, mitológicas e a oralidade africana. (MARIOSIA; REIS, 2011, p.45)

Assim como a de literatura infantil, a literatura afro-brasileira também precisa de espaço durante as práticas educacionais, pois ela traz a riqueza da ancestralidade africana de forma positiva. Esse tipo de literatura é compreendido como aquela produção literária que traduz a luta coletiva do povo negro. Assim, para que o livro possa ser efetivamente uma referência de literatura afro-brasileira, ele não precisa apenas trazer personagens negros, sim, valorizar a identidade e cultura africana, que busca o resgate de ideias, costumes, e história da influência africana nas diversas áreas da cultura brasileira.

Diante desse argumento, é imprescindível que os livros abordem as contribuições históricas da diáspora africana na construção da nossa sociedade, contribuindo para efetivação de uma educação antirracista. Tendo em vista que a maioria das crianças que frequentam a escola pública são negras, é necessário buscar por textos que referenciem positivamente a historicidade desse povo. A referência positiva da cultura africana possibilita a autoaceitação dessas crianças, que muitas vezes não se reconhece como negra por conta do racismo estrutural presente no ambiente familiar, social e educacional:

A Educação Infantil é este momento de ampliar esta leitura de mundo e entrar em contato com outras diversas conjunturas sociais e culturais que ocorrem por meio da interação. Nessa relação em que se constrói o conhecimento e a aprendizagem, o respeito e a valorização da subjetividade do outro devem estar sempre presentes. Deste modo, este espaço escolar se torna um terreno fértil em riquezas diversas existentes em nossa sociedade pluricultural. (SOUSA, 2018, p.3)

O papel do docente frente a essa literatura é fator determinante na construção de práticas antirracistas. Com a mediação pedagógica adequada, os educandos irão construir um significado mais coerente sobre a ancestralidade africana, os livros resgatam conhecimentos e levam à reflexão sobre o contexto social do estudante. Por exemplo, quando o docente escolhe trabalhar os contos de fadas, é comum encontrar princesas, príncipes, heróis, fadas, que fomentam o mundo imaginário das crianças, porém, esses contos não possibilitam que as crianças negras se sintam representadas, isso impossibilita a elas/eles o lugar de protagonistas nesses contos.

No livro sobre 'A importância do ato de ler' (1989), Paulo Freire destaca que a educação não pode continuar seguindo os padrões colonial, pois, para se construir um novo homem e uma nova mulher, é necessário pensar a educação como ato político:

A educação das crianças, dos jovens e dos adultos tem uma importância muito grande na formação do homem novo e da mulher nova. Ela tem de ser uma educação nova também, que estamos procurando pôr em prática de acordo com as nossas possibilidades. Uma educação completamente diferente da educação colonial. Uma educação pelo trabalho, que estimule a colaboração e não a competição. Uma educação que dê valor à ajuda mútua e não ao individualismo, que desenvolva o espírito crítico e a criatividade, e não a passividade. Uma educação que se fundamente na unidade entre a prática e a teoria, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e que, por isso, incentive os educandos a pensar certo. Uma educação que não favoreça a mentira, as ideias falsas, a indisciplina. Uma educação política, tão política quanto qualquer outra educação, mas que não tenta passar por neutra. Ao proclamar que não é neutra, que a neutralidade é impossível, afirma que a sua política é a dos interesses do nosso Povo (FREIRE, 1989 p.48).

Corroborando com as ideias de Paulo Freire (1989), a educação não pode ser neutra, devendo ela ser (re)configurada como um ato político e emancipatório do ser humano, que favoreça a construção de uma sociedade crítica e reflexiva diante das injustiças sociais, que desconstrua os paradigmas impostos socialmente pelas pessoas que detém o poder institucional e econômico do país. Esta vertente objetiva, assim, uma sociedade menos opressora, na qual a educação não se fundamente em moldes eurocêntrico, impondo as crianças a viverem sobre influência da cultura dos povos dominantes.

Robin Diangelo , escritora americana do livro 'Não basta não ser racista, sejamos antirracista', publicado em 2018, destaca que o racismo é uma problemática a ser debatida por todos as pessoas, afirmando que:

O padrão do sistema atual é a reprodução da desigualdade racial; nossas instituições foram desenhadas para reproduzir a desigualdade racial, e o fazem com altíssima eficiência. Nossas escolas são particularmente eficientes nessa tarefa. Para seguir reproduzindo a desigualdade racial, o sistema só precisa que os brancos sejam realmente gentis e sigam adiante, sorriam para as pessoas de cor, sejam inter-racialmente amigáveis e alcemem juntos sempre que haja oportunidade (DIANGELO, 2018, p. 180).

A autora ainda faz uma crítica ao sistema que segrega as pessoas por conta de sua cor de pele. No qual o racismo mascarado tende a ser naturalizado, como se

ser gentil com as pessoas negras, fosse acabar com todo histórico de segregação vivenciado por elas.

É necessário repensar a educação como um direito de todas as pessoas, assim como diz na Constituição Federal do Brasil no capítulo III, artigo 205, garante que:

A educação, é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal, 988, p.123)

Diante disso, a partir do momento que a escola padroniza o conhecimento e trata a todos como uma grande massa homogênea, o acesso à educação como preparo para cidadania é negado. É preciso que a escola abra espaço para políticas de inclusão racial, que elabore projetos abordando a defesa das pessoas negras, e que promova efetivamente a educação com qualidade e equidade para todas as pessoas.

A cultura do homem branco europeu não pode ser imposta sobre outras culturas que também tem sua importância. A diversidade cultural presente em nosso Brasil precisa ser trabalhada na sala de aula da educação infantil, seguir os moldes de uma educação deslocada do espaço social favorece “a exclusão e a discriminação dos grupos sociais que não coincidem com o referido padrão, e assim, a perda do direito desses coletivos a uma educação que vá ao encontro de seus interesses e necessidades” (LEITE; RAMALHO; CARVALHO, 2019, p.8).

A construção de uma sociedade justa e igualitária só é possível através de uma educação antirracista que efetive o que a lei 10.639/2003 traz. Para isso, é preciso que os docentes reconheçam que o racismo é algo estrutural em nosso país, na qual a escola repense suas práticas, seu currículo, para construir sujeitos críticos diante das injustiças sociais. Ela não pode limitar as crianças negras e não negras a absorção de uma cultura hegemônica.

A prática da educação antirracista destaca a trajetória dos diferentes povos que tiveram suas contribuições na formação do nosso país. Não faz parte da educação antirracista reforçar um ensino que mostre o negro sobre a ótica da humilhação, no qual sua contribuição mostre apenas a servidão as pessoas brancas. Pois assim, a escola acaba afirmando que o lugar da criança negra não é na escola.

A prática de educação antirracista defendida aqui, tem o objetivo de desenvolver ações pedagógicas que fomentem o sentimento de pertencimento racial da criança negra, mostrando que é possível a criança negra projetar outros lugares sociais, diferentes daqueles impostos pela branquitude. Para isso é necessário que os docentes assumam a responsabilidade de mudar o cenário racista que muitas vezes imperam no ambiente educacional, isso através de formação continuada na perspectiva de trabalhar esses temas da melhor forma possível.

No âmbito educacional, os/as professores/as precisam estar envolvidos diretamente nas legislações que abordem essa temática, assumindo uma postura desafiadora diante da realidade imposta. Os docentes precisam, desta forma, questionar os conhecimentos ofertados a eles sobre a pessoa negra, e criar novas estratégias pedagógicas para superar esses conflitos identitários, políticos e até administrativos tão presentes no âmbito educacional.

3. CONTRIBUIÇÕES DA OBRA LITERÁRIA *CACHINHOS, CONCHINHAS, FLORES E NINHOS* NA PRÁTICA ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Este capítulo aborda a obra *Cachinhos, conchinhas, flores e ninhos* (2015) na educação infantil, mostrando um pouco da trajetória do autor, Maurilo Andreas, e da ilustradora do livro, Giselle Vargas. Discorreremos ainda sobre as influências positivas da literatura infantil nesta primeira etapa educacional na vida das crianças, na perspectiva da educação antirracista. O segundo ponto, em continuidade, explana como o docente pode trabalhar essa literatura na sala de aula, quais as estratégias que ele poderá utilizar durante a contação dessa história que contribuem para construção da identidade racial da criança negra e, para desconstrução dos padrões de beleza idealizados pela branquitude.

3.1 Reflexões sobre a relevância da obra no contexto da Educação Infantil

A produção literária para crianças *Cachinhos, conchinhas, flores e ninhos* (ANDREAS, 2015), já traz desde o seu título a imagem dos cabelos cacheados e volumosos como algo belo. Já, a partir disso, desconstruindo o padrão de cabelos lisos instituído pela branquitude. Gomes (2002) argumenta que os cabelos compõem um estilo político diante de um contexto social centrado no padrão de estilo 'branco'.

Ainda através do título, é permitido fazer a leitura superficial de quem nós somos, nossas raízes étnicas estão impregnadas em nosso cabelo. Mostra que a obra abordará um importante texto literário sobre a beleza da estética negra, fator importante para construção identitária da criança negra e desconstrução dos preconceitos e discriminação racial, temas relevantes para serem trabalhados na educação infantil.

O livro foi publicado no ano de 2015. Escrito por Maurilio Andreas e ilustrado por Giselle Vargas, em 2018 foi aprovado no Programa Nacional do Livro e do Material Didático- PNLD, esse programa é:

[...] destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de

educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. (MEC, 2021)

O foco dos livros de Maurilo Andreas não são voltados para questões raciais, mas nesta obra ocorre a possibilidade de reflexões importantes sobre o respeito às diferenças e enfatiza os traços da negritude como belos e que precisam ser respeitados. O autor é natural de Ipatinga e atualmente mora em Belo Horizonte, Minas Gerais. Entre as atividades de publicitário, roteirista e letrista, escreve histórias destinadas ao público infantil, possuindo mais de 10 livros publicados nessa área.

Algumas de suas obras mais conhecidas são: *Cama de menino, quarto de monstro* (2015); *Todas as estrelas do mundo* (2010) e o *Fantástico arroz de Filomena* (2017). O autor também desenvolve com crianças carentes o projeto “Autores do futuro”, baseado nas criações coletivas das crianças.

Quanto às ilustrações da obra, estas foram criadas por Giselle Vargas, que é mineira e também mora em Belo Horizonte, formada em Design de produtos pela Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e fez vários cursos na escola de Arte Guignard. Vargas trabalhou como publicitária e fez ilustrações para jornais e revistas, até se fixar na criação de imagens para livros didáticos de literatura infantil.

Cachinhos, conchinhas, flores e ninhos disserta sobre a aceitação das diferenças de si e do outro de forma bem didática e ilustrativa. Ele faz refletir sobre a beleza negra, a importância da autoaceitação das subjetividades, sem necessidade de se adequar aos padrões de beleza pré-estabelecidos, tudo isso a partir dos cabelos cacheados da protagonista da história. Essa valorização da estética negra na mais tenra idade faz parte da construção identitária da criança negra e não negra.

A importância disso, justifica-se que:

[...] E é justamente o olhar sobre o corpo negro na escola que nos leva a considerar como professores/as e alunos/as negros e brancos lidam com dois elementos construídos culturalmente na sociedade brasileira como definidores do pertencimento étnico/racial dos sujeitos: a cor da pele e o cabelo (GOMES, 2002, p.42-43).

Gomes (2002) discorre sobre a relevância da escola em trabalhar com as questões culturais construídas sobre a cor de pele e os cabelos, pois esses aspectos são definidores do pertencimento racial do ser humano. Assim, a trajetória educacional interfere na formação da identidade da criança negra, pois ali também

são reforçados os estigmas sociais construídos sobre a cor de pele e os cabelos crespos.

Aparece, nisso, que a escola precisa trabalhar essas marcas sociais da estética negra, haja vista que, muitas vezes, os discursos perpassados no âmbito educacional deixam marcas profundas na construção identitária dessas crianças. Cabe a escola o papel de apresentar-se como um espaço de interação social dos saberes pedagógicos e históricos, objetivando a formação de desenvolvimento crítico dos educandos, que respeite a diversidade presente naquele ambiente, sem sobreposição de raças. Promover um aprendizado significativo, que contribua para construção de uma sociedade realmente democrática e respeitadora da diversidade, fortalecendo a educação em direitos humanos como função primordial da escola.

O Andreas (2015) também faz utilização da fantasia para explicar a importância da valorização das diferenças que precisam ser trabalhadas na escola, durante a educação infantil, através da literatura infantil e afro-brasileira para que desde a mais tenra idade as crianças pratiquem o respeito a todas as pessoas sem segregação. A partir do momento que o docente oferta às crianças obras literárias que as represente, fortalece a construção identitária, criando uma imagem positiva de si e dos outros. Neste sentido, Sousa (2018) reforça a importância da literatura durante a educação infantil:

[...] esta é a etapa que as crianças na maioria das vezes começam o contato com a linguagem literária. Os livros de Literatura Infantil se tornam recursos fundamentais desta rotina. Neles, estão contidos um mundo de encantamento, que envolve o faz de conta, a arte, a cultura, a linguagem poética, uma gama de possibilidades que permeiam estas páginas. O papel do professor na escolha destes livros é fundamental. Quanto mais riqueza na diversidade literária e ilustrativa deste recurso, maior será a quantidade e a qualidade de conhecimentos adquiridos pelos pequenos leitores (SOUSA, 2018, p.2).

Assim, a escola deve ser facilitadora das referências positivas sobre a questão étnico-racial da criança. Essa educação possibilitará o reconhecer-se enquanto pessoa negra através dessa representatividade positiva dos traços da negritude. O docente também precisa trabalhar o significado de *ser negro* na sociedade, mostrar que o mesmo pode romper com os lugares pré-estabelecidos pela branquitude. Nesse contexto, a escola deve ensinar aos educandos o significado da valorização cultural

através dessa relação de respeito a pluralidade étnico-racial que os estereótipos sobre a pessoa negra serão desconstruídos.

Carneiro e Russo (2020) discorrem sobre a relevância dessa representatividade racial na escola, quando afirma que:

A presença de diferentes etnias no ambiente escolar amplia o reconhecimento da identidade, da autoestima, da autovalorização e do “empoderamento” infantil para as crianças, que dificilmente se veem representadas nos recursos existentes em seu universo. Além disso, os elementos que contemplam a diversidade étnica proporcionam a identificação positiva e permitem a construção dessa autoestima, para que as crianças tenham um bom relacionamento tanto com a sua autoimagem quanto com a imagem do outro (CARNEIRO e RUSSO, 2020, p.106-107).

Isso reforça a influência da representatividade através da literatura durante a educação infantil, pois, a presença dessa diversidade étnica auxilia no trabalho de respeito as diferenças tanto pessoais, quanto dos outros. Também reforça a boa convivência e respeito mútuo aos diversos traços físicos existentes socialmente.

A escola precisa refletir sobre a pluralidade étnico-racial do nosso país, principalmente da pessoa negra, já que o Brasil tem a maior população de negros fora do continente Africano, assim, os elementos afirmativos precisam fazer parte do dia a dia educacional das crianças. Uma excelente ferramenta pedagógica para auxiliar o professor nessa prática didática são as literaturas infantis que referencie a pessoa negra positivamente e a literatura afro-brasileira que trabalha os aspectos culturais dos povos africanos:

As histórias contadas precisam contemplar a todas as crianças atendidas no contexto escolar. Estes pequenos leitores que estão se construindo enquanto sujeitos produtores de conhecimento, precisam se sentir representados nas páginas de forma positiva, contribuindo assim para a formação de sua identidade e autoestima (SOUSA, 2018, p.4).

O livro em análise traz um texto de fácil compreensão, podendo ofertar à criança uma reflexão sobre o respeito as diferenças, contradizendo os padrões que a branquitude instituiu como sendo belos e característicos de ser humano. Esses aspectos contribuem para construção da identidade da criança negra, pois o livro mostra os traços da negritude, os cabelos cacheados e volumosos como belos, isso foge dos padrões de beleza eurocêntricos cristalizados na sociedade brasileira. Costa (2020) diz que essa referência possibilita a criança mais liberdade no seu modo de

agir com respeito aos outros sem precisar se adequar a padrões estéticos impostos socialmente pelo seguimento branco da população.

Assim, o texto literário que foge desses padrões de beleza, faz com que a criança negra se sintam bela com seus cabelos cacheados ou crespos volumosos, que mesmo na contemporaneidade ainda é estigmatizado. Recentemente em um *reality show* brasileiro, transmitido pela Rede Globo, canal de televisão, um dos participantes foi vítima de racismo. Durante o programa, o professor João Luiz teve seu cabelo crespo comparado ao de um homem das cavernas, isso demonstra o racismo estrutural enraizado na sociedade, e reforça a importância de trabalhar esses temas durante a infância, em prol de uma educação antirracista. Nesse viés, Mendes e Godoy (2014) afirmam que a educação na perspectiva antirracista proporciona mais qualidade educacional aos educandos, pois a mesma objetiva desconstrução do preconceito, racismo, discriminação, e concede aos discentes a prática da cidadania. Trinidad (2012) destaca a educação infantil como fundamental para formação humana e social das crianças, essa etapa deve priorizar o trabalho com as especificidades individuais, considerando suas histórias, culturas e modos de ser-viver no mundo.

No espaço de educação infantil, o desenvolvimento dessas práticas pedagógicas, voltadas para o respeito à diversidade étnico-racial que caracteriza as crianças, deve ser compromisso de todos os envolvidos com a educação. Ou seja, no espaço de educação infantil, a responsabilidade por cuidar e educar deve ser tanto dos profissionais auxiliares quanto da direção, da coordenação e dos professores. Cada um desempenhando seu papel pode cooperar para uma educação para a promoção da igualdade étnico-racial. Entretanto, cabe ao professor um papel especial – ele deve ser organizador, mediador e elaborador de materiais, ambientes e atividades que possibilitem às crianças a construção de formas diferenciadas de pensar, sentir e agir em relação a si e ao outro (TRINIDAD, 2012, p.129).

O docente, nisso, deve (re)pensar sua prática pedagógica, sendo necessário levantar questionamentos enquanto educador: será que estou realmente contribuindo para educação antirracista ou a penas reforçando os estigmas construídos socialmente sobre a pessoa negra? A educação antirracista não é apenas mostrar livros que tenham protagonistas negras, vai bem mais além, adentrando na história e trabalhando esse antepassado de forma positiva, que valorize as diferenças, na qual as crianças tenham acesso aos conhecimentos sobre outras culturas e reconheça a diversidade presente na escola e na sociedade.

O texto literário, com isso, tem contribuição significativa nesse processo, sendo um espaço passível de serem feitas reflexões, aqui, a respeito da representatividade

negra. Destarte, a importância de trabalhar a literatura infantil e afro-brasileira na perspectiva antirracista. Um exemplo pode ser um momento de contação de histórias diário, pode ser um conto ou um livro que possibilite o trabalho com essa cultura da diáspora africana. Também se pode desenvolver sequências didáticas embasadas em um livro da literatura afro-brasileiras.

A relação família e escola durante o trabalho com a temática racial é fundamental, cabendo à gestão escolar o papel de efetivação dessa relação com a família, para que o trabalho realizado pelo docente sobre as práticas de respeito a diversidade, seja reforçado também no âmbito familiar. O educador precisa ouvir a criança, afim de conhecer a bagagem que ela traz sobre os grupos étnicos, quais as referências desses grupos as crianças já construíram e que precisam ser (re)trabalhadas na perspectiva antirracista. Assim será possível identificar se já existe algum tipo de preconceito internalizado, isso facilitará a mediação pedagógica.

Segundo Trindade (2012), a sala de aula é um lugar de interação permanente das crianças, mas se torna fundamental (re)organizar esse ambiente. Colocar à disposição das crianças imagens que refletem a diversidade étnico-racial brasileira, que mostrem as pessoas negras desenvolvendo várias atividades profissionais, principalmente as de mais prestígio social, fazendo com que as crianças tenham mais empoderamento sobre suas escolhas profissionais futuras.

Cachinhos, conchinhas, flores e ninhos (ANDRES, 2015) traz algumas ilustrações bem pertinentes, que estimulam a imaginação das crianças ao lerem/ouvir a história, são ilustrações bastante coloridas, com a presença de animais. O autor também questiona o leitor durante o texto, tudo isso contribui para criação dessa história na imaginação da criança. Pode ser durante a contação da história, momento propício para o docente questionar o aluno sobre os valores presentes na história, para que o mesmo possa refletir sobre o respeito as diferenças, sobre a importância do autoamor, são aspectos que fortalecem a construção identitária e reconhecimento do seu pertencimento racial.

O livro aborda a valorização das diferenças entre as pessoas, isso contribui para uma educação antirracista, porém, é importante que o docente trabalhe essa temática da forma correta nisso, desautomatizando o pensamento e se apresentando como um espaço de discussão e humanização na sala de aula da educação infantil.

O trabalho de respeito às diferenças, à diversidade, às distintas culturas e raças deve e pode ser ensinado às crianças durante a educação infantil, ocorrendo que não podemos negar a existência dessa diversidade. Nessa direção, é preciso (re)conhecer e aceitar. A criança exercita essa prática através das reações vivenciadas tanto na escola quanto no âmbito familiar, visto que isso é uma tarefa que cabe também a família. Através dessa relação de respeito as singularidades, é possível projetar a visualização uma sociedade mais igualitária.

3.2 Como trabalhar práticas antirracistas na educação infantil a partir da obra

A convivência com a diversidade humana dentro da sala de aula precisa ser trabalhada na perspectiva da educação antirracista, essa educação visa a aceitação das pessoas e contribui para convivência social harmoniosa. Para Cavalleiro (2005), as escolas devem desenvolver a educação antirracista, para que as relações sociais entre as pessoas brancas e negras não sejam hierarquizadas. A educação antirracista não só proporciona o bem-estar do ser humano, em geral, como também promove a construção saudável da cidadania e da democracia brasileira” (CAVALLEIRO,2005, p.14).

O docente pode desenvolver essa educação através da literatura infantil e afro-brasileira, sendo fundamental dar visibilidade à diáspora africana no sentido de valorização da ancestralidade. Romper com a visão eurocêntrica dos conteúdos e mostrar as origens do povo negro no Brasil de forma positiva é o norte da educação antirracista, pois ela objetiva a valorização da ancestralidade africana e fortalece a autoestima das crianças negras. Assim, a literatura tem grande contribuição como material pedagógico para o docente. Costa (2020, p. 48) afirma que:

[...] as imagens nos livros infantis são importantes e necessárias para que o/a leitor/a se aproprie das histórias lidas e dos símbolos que as ilustrações representam. A experiência de olhar, observar e perceber detalhes visuais fará com que a criança entenda a história e reflita sobre ela.

A obra traz a visão dos cabelos crespos, ou cacheados, característica fenotípica da criança negra, como belo. Através dessa literatura o docente vai fazer uma referência positiva a esse cabelo que serve de resistência aos padrões que pregam o discurso de que os cabelos das pessoas negras são feios, ruins e sujos.

As crianças precisam ter consciência de que não é necessário enquadrar-se a realidade eurocêntrica. Nisso, a necessidade de serem (re)educadas para agir de forma crítica diante desses paradigmas propagados pela mídia, pela sociedade e que muitas vezes é reforçado no âmbito familiar. Nossos traços étnicos compõem nossa identidade, neste sentido é fundamental construir uma imagem positiva da criança na valorização do corpo e do cabelo crespo.

Nessa premissa, Maurilo Andreas (2015) começa o texto falando que a menina tem mil cachinhos na cabeça e compara-os a conchinhas, bostões de flores e ninhos de passarinhos, fazendo uma referência positiva dos traços étnicos da pessoa negra.

Figura 1- A beleza nos/dos cachinhos da personagem.



Fonte: Maurilo Andreas, 2015. p.4.

Essa imagem dentro do texto (re)afirma a construção da identidade positiva. Partindo da representação, é desconstruído a visão inferiorizada dos traços étnicos, contrariando a normatização imposta socialmente, que nega a beleza negra. O docente pode aproveitar esse momento para trabalhar essas questões dentro da sala de aula, principalmente se tiver alguma criança com o cabelo crespo, pois essa visibilidade possibilita a autoaceitação e respeito dos colegas.

A família também aparece no livro representando uma função muito relevante na construção dessa identidade negra positiva, quando fala “o pai amava as conchinhas, brincava com os dedos nelas e quase sentia o cheiro de mar. A mãe, adorava as florzinhas, cuidava bem de cada uma, como se ali fosse seu jardim” (Andreas, 2015, p. 6-7).

Neste momento, é possível desenvolver na criança a interiorização dessas imagens positivas sobre suas características, isso (des)configura a padronização estética eurocêntrica como única e bela. A figura da família é primordial nessa relação de construção da identidade racial, pois o trabalho da escola, se não for reforçado no âmbito familiar, acaba sendo desconstruído. A escola deve estreitar essa relação afim de criar uma nova postura tanto dos alunos, quanto da família sobre a valorização das diferentes culturas e grupos étnico-raciais. Neste contexto, Trinidad (2012) explica como a escola pode contribuir no trabalho sobre a temática:

Para trabalhar a diversidade étnico-racial com as crianças, a família é primordial. Os pais devem ser informados sobre todas as atividades que serão realizadas com as crianças, os objetivos e principalmente a importância de sua participação, trazendo informações sobre a cultura que a criança tem em casa, a formação e os hábitos familiares, suas atividades de finais de semana, seus rituais religiosos. Todas essas informações são ricas para serem consideradas na prática pedagógica junto à criança. Talvez, a elaboração de boletins informativos sobre temas importantes ou com a divulgação de atividades realizadas pelas crianças possa ser um caminho de aproximação quando a temática for relação com a família. No decorrer de reuniões com os pais e/ou conversas individuais, é importante a troca de informações sobre como as crianças desenvolvem suas identidades e quais são suas atitudes no cotidiano. A escola tem papel fundamental para que os pais também desenvolvam novas posturas para a valorização das diferentes culturas e grupos étnico-raciais. (TRINIDAD, 2012, p.131)

O docente precisa reforçar essa educação antirracista com a família, pois esse papel não é função única e exclusiva da escola. O/a professor/a pode aproveitar esse momento da história para fazer uma sondagem, afim de identificar como a família lida com os traços étnicos da criança e, partir disso, trabalhar as subjetividades em parceria familiar, construindo um empoderamento para as crianças.

A escola deve conhecer seu aluno, sua cultura e valorizar a diversidade que existe nesse meio. Andreas (2015) mostra a importância da família nesse processo de desconstrução de padrões de beleza, pois traz as características positivas sobre seu pertencimento racial, que na história é exemplificado a partir dos cabelos da personagem. Nesse ponto, Amorim (2020) acrescenta que:

[...] o cabelo pode ser considerado como uma das partes do corpo que mais traços afirmativos de personalidade conferem a um indivíduo. Os cabelos, pelas múltiplas possibilidades de manipulação, como pintura e alisamento, podem ser instrumentos de apagamento de traços ancestrais, sobretudo quando visam a adequação a um padrão de beleza construído a partir de

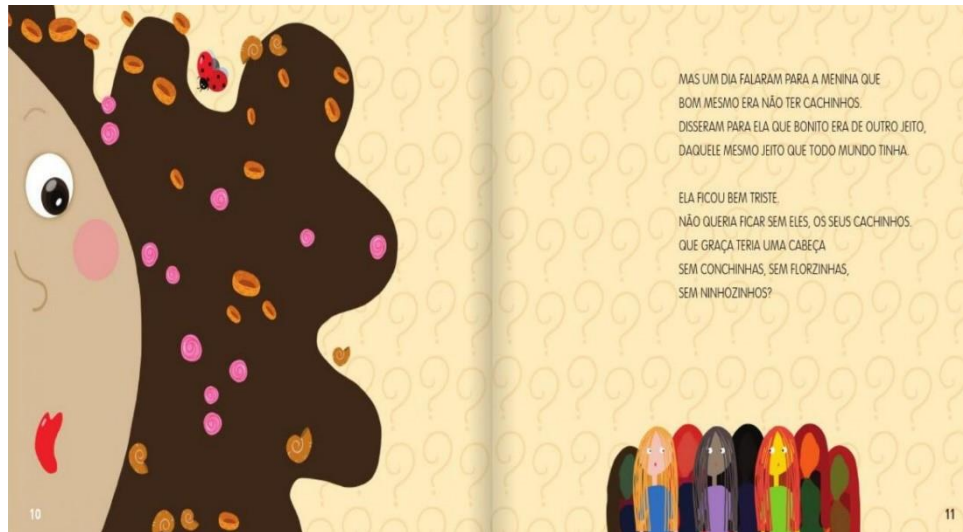
relações de poder. Mas, também, podem ser meios de expressão de identidade e resistência, sobretudo por irem de encontro a estes padrões (AMORIM, 2020, p.46).

Neste sentido, os cabelos crespos são vistos como símbolo de resistência, que vão de encontro a desconstrução dos padrões, no livro infantil essa resistência aos padrões é mostrada no momento em que alguém fala para menina “bom mesmo era não ter cachinhos, que bonito era ser de outro jeito, igual a todo mundo” (ANDREAS, 2015). Nesta fala é possível perceber a cobrança social sobre a criança, na qual a mesma é obrigada fazer parte de determinada cultura para poder caracterizar-se como ser humano. O autor não especifica em qual contexto social acontece essa fala, mas deixa subentendido que seria na escola, onde as coleguinhas da personagem teriam falado isso, pois é lá onde a criança se depara com a diversidade de culturas. E, apenas reproduz o discurso de beleza eurocêntrico instituído pela família, pelo seu convívio social e, algumas vezes, pela escola. Gomes (2002) traz reflexões significativas sobre a reprodução de estereótipos durante a trajetória escolar, segundo a autora:

são nesses espaços que as oportunidades de comparação, a presença de outros padrões estéticos, estilos de vida e práticas culturais ganham destaque no cotidiano da criança e do/a adolescente negros, muitas vezes de maneira contrária àquela aprendida na família. (GOMES,2002, p.46)

Partindo da ideia de que a família deve desenvolver na criança esse empoderamento de respeito a suas singularidades, o docente pode aproveitar esse momento da fala do livro para mostrar as crianças que elas são perfeitas do seu jeito, sendo desnecessário querer ser outra pessoa, pois cada um tem sua importância e devemos nos amar do jeito que somos. Na história, a representação da criança é expressada através do cabelo, por isso é necessário que o docente atribua um significado a essa representação. A figura abaixo retrata o momento da comparação presente no livro, no qual a personagem fica muito triste diante do acontecido.

Figura 2- Momento em que a menina é rejeitada por causa dos seus cabelos.



Fonte: Maurilo Andreas, 2015, p.11.

Diante dessa realidade vivenciada na história, a família demonstrou bastante afeto pela criança quando o pai fala “Não! Ninguém mexe nas minhas conchinhas” (ANDREAS, 2015, p.12) e a mãe diz assim “sai pra lá, deixa aqui meu jardim!” (ANDREAS, 2015, p.12). Podemos, nisso, observar o carinho da família na forma como ela trata esse sentimento de reprovação que a personagem está passando.

Tanto o pai quando a mãe da criança trabalha na tentativa de desconstruir a ideia de que os cabelos da menina são feios. Neste sentido, o cabelo se torna um símbolo pessoal de resistência identitário da criança, que, segundo Gomes (2002), carrega sua herança cultural e até mesmo as pessoas tendo suas particularidades individuais, os cabelos ligam-nas a um pertencimento racial comum.

Essa prática antirracista presente na família permite a continuidade do trabalho desenvolvido pelo/a educador/a, pois essa relação estabelecida em diálogo com a escola fortalece a identidade racial da criança. O docente pode aproveitar para falar sobre os aspectos individuais que cada pessoa tem, mostrar o porquê de as meninas terem os cabelos cacheados/crespos e volumosos e fazer um momento de reflexão positiva sobre a diáspora africana na construção histórica do nosso país, isso fortalece a construção de uma educação antirracista. “Usar e exibir os cabelos crespos é valorizar a pertença e entendê-la como bela, não se deixando capturar apenas por um determinado padrão estético associado à branquitude” (COSTA,2020, p.76).

A parte da história que considera-se o ápice da reflexão a ser desenvolvida pelas crianças durante a educação infantil, acontece no momento em que a menina começou a se olhar no espelho admirando a beleza de seus cachinhos e começou a

imaginar como seria se todas as pessoas precisassem mudar o jeito de ser, só para agradar os outros (ADREAS, 2015).

O escritor faz provocações ao leitor levando-o a refletir sobre a importância das singularidades de cada indivíduo e questionando-os de como seria se todas as pessoas precisassem se encaixar em algum padrão. Trazendo para o contexto infantil e imagético da criança, a personagem começa a dialogar com o leitor e mostra como seria estranho se os animais precisassem mudar as suas subjetividades, ele mostra essas falas de uma forma bastante didática e humorada, dada a relevância da ludicidade na educação infantil.

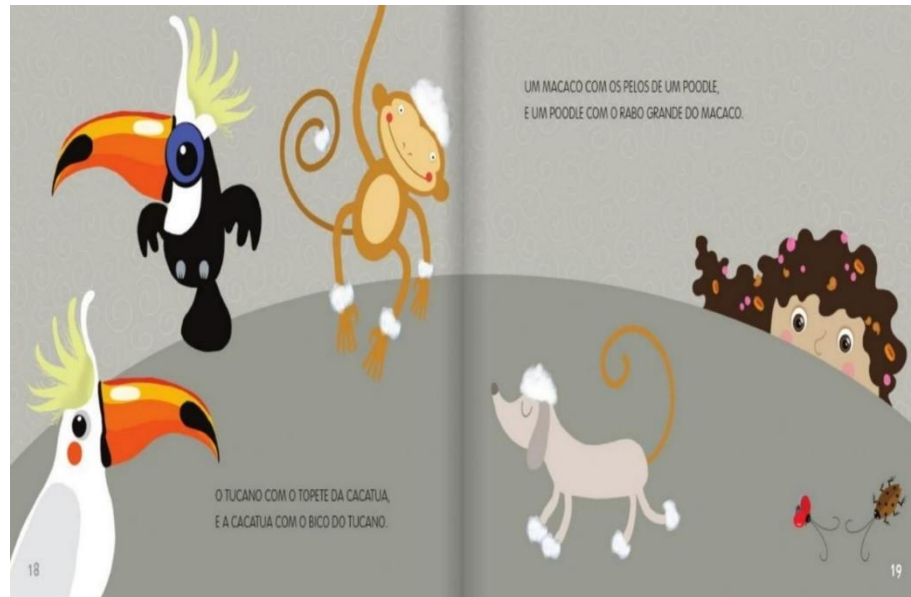
Figura 3- Primeiro momento de comparação das singularidades de cada animal.



Fonte: Maurilo Andreas, 2015, p.16-17.

Na figura acima a personagem está questionando como seria estranho se a tartaruga tivesse a juba de um leão e a zebra com as manchas da girafa e a girafa com as listras da zebra (ANDREAS, 2015). Esse momento de ludicidade presente na história pode ser explorado pelo/a professor/a através de figuras de encaixe, onde as crianças pudessem modificar os animais, por exemplo, expor no chão da sala as imagens e chamar as crianças para trocarem essas subjetividades dos animais, colocando a juba do leão na tartaruga. Essa é uma excelente ferramenta pedagógica para trabalhar a importância do autoamor, do reconhecimento e da valorização das subjetividades do outro.

Figura 4- Segundo momento de comparação das singularidades dos animais.



Fonte: Maurilo Andreas, 2015, p.18-19.

Na figura 4 ainda, o autor dá continuidade às comparações entre os animais, trazendo o tucano com o topete de cacatua e a cacatua com o bico do tucano, um macaco com os pelos de um poodle e um poodle com o rabo de macaco. (ANDREAS,2015). O docente pode aproveitar esse momento para iniciar um projeto de intervenção pedagógica sobre a temática racial, com objetivo de incentivar as práticas de respeito tanto no âmbito educacional quanto no convívio social das crianças. Observando que a função da escola é oferecer o ensino de respeito às heterogeneidades humanas, uma educação que assista democraticamente os direitos de todos os seres humanos.

Nesta premissa, Candau (2007) citada por Silva (2017, p.64) colabora:

a Educação em Direitos Humanos baseia-se em três pilares: a formação dos sujeitos de direito, o empoderamento e a educação para o nunca mais. O primeiro pilar diz respeito à percepção dos direitos enquanto cidadão, direitos que não são uma dádiva, mas são assegurados por lei. O segundo pilar se refere ao empoderamento do sujeito ou grupos sociais que são tratados como minorias. Esse empoderamento é relacionado ao ato de tomada de consciência e participação ativa nas ações sociais que compõem a ordem social. É de fato se afirmar cidadão e ocupar seu lugar de direito. E o educar para nunca mais se trata de reconhecer e valorizar a sua história e cultura, rompendo com a cultura do silêncio e impunidade ainda fortemente presente na escola.

Assim, é primordial que essas relações estejam presentes na educação infantil, principalmente as questões relacionadas ao corpo e cabelo, pois são elementos constituintes da identidade negra. As práticas pedagógicas devem se comprometer

com a educação para relações étnico-raciais, possibilitando que as crianças negras construam uma identidade positiva de si desde a mais tenra idade. “Pensar sobre a diversidade cultural desde a Educação Infantil implica reconhecer, respeitar e valorizar as diferenças, bem como inseri-las na pauta das nossas vivências cotidianas e das nossas reivindicações” (SILVA, 2017, p.79).

A personagem conclui que ninguém precisa ser igual. Todas as pessoas são bonitas do seu jeito, não tendo necessidade de encaixar-se em padrões de beleza estabelecidos pela branquitude. Na imagem abaixo é possível perceber que a personagem segue feliz se amando do jeitinho que ela é.

Figura 5- Final da história que mostra a alegria da personagem reconhecendo suas singularidades.



Fonte: Maurilo Andreas, 2015, p.20-21

No contexto educacional, o docente pode trabalhar esses pontos mencionados na obra, objetivando a construção da educação antirracista. No momento da contação dessa história na educação infantil, o docente tem nas mãos um excelente material de apoio pedagógico, pois esta literatura favorece a construção da identidade positiva das crianças negras, assim como, estabelece uma relação democrática de respeito mútuo com todas as pessoas consideradas “fora do padrão”.

As crianças estão em constante processo de aprendizagem e temas como respeito à diversidade precisam ser eixos que norteiam as atividades educacionais durante a educação infantil. “Portanto, cabe às instituições escolares, junto ao corpo de professores, desenvolver um currículo plural e com práticas de igualdade e equidade, bem como com uma educação antirracista” (SILVA, 2017, p. 80).

É fundamental, nisso, mostrar a diversidade étnica existente em nosso país, como colabora Araújo (2012), acrescentando que existem dois desafios pertinentes que o professor enfrenta ao elaborar o currículo: o primeiro é trabalhar a partir dos conhecimentos que os educandos trazem sobre suas vivências; o segundo é perceber o seu distanciamento dos conhecimentos sobre o tema e buscar referências em livros didáticos, porém, é necessário atentar para o fato de que muitos livros ainda reforçam o mito da democracia racial ao invés de desconstruí-lo. Diante dessas afirmações, a formação continuada vem atender essas lacunas que não foram preenchidas durante a graduação. Nesse quesito:

Atuar em consonância com o prisma das “africanidades” é acima de tudo promover uma mudança de olhar acerca dos conteúdos e das metodologias adotadas. Exige conhecimento, para fundamentar as suas ações, e defendê-las mediante o cenário que ainda impera nas nossas escolas. Por isso a formação docente é uma das variáveis importantes neste processo (ARAUJO,2012, p.1744).

O docente, embasado com os conhecimentos necessários sobre a temática, poderá trabalhar as práticas antirracistas na sala de aula promovendo a educação para todas as pessoas:

O racismo e seus derivados no cotidiano e nos sistemas de ensino não podem ser subavaliados ou silenciados pelos quadros de professores(as). É imprescindível identificá-los e combatê-los. Assim como é pungente que todos(as) os(as) educadores(as) digam não ao racismo e juntos promovam o respeito mútuo e a possibilidade de se falar sobre as diferenças humanas sem medo, sem receio, sem preconceito e, acima de tudo, sem discriminação. (CAVALLEIRO, 2005, p. 12)

Assim, reiteramos a importância de trabalhar a obra *Cachinhos, conchinhas, flores e ninhos* (ANDRES, 2015) na educação infantil de forma sistematizada, com momentos de reflexões sobre a diversidade racial existente em nossa sociedade, como também a valorização de suas próprias diferenças. A educação antirracista desconstrói verdades absolutas construídas sobre as pessoas negras, e reconhece o negro como sujeito de histórias que deve estar presente em vários espaços sociais, rompendo com os estereótipos negativos sobre o “ser negro”.

Para desenvolver a educação antirracista, a escola precisa trabalhar com ações cotidianas não só no ambiente educacional, mas em toda a comunidade onde a escola está inserida. O Projeto Político Pedagógico-PPP deve contemplar discussões sobre as ações antirracista que a escola pretende/desenvolve, uma vez que, vivemos em

uma sociedade multicultural e, a escola deve considerar essa diversidade que está presente tanto na escola quanto fora dela.

Uma educação antirracista reconhece o histórico de desigualdades sociais e excludentes que as pessoas negras vivenciaram, e trabalha com intuito de tentar reverter esse quadro ainda presente na contemporaneidade. Nesse contexto, o mito da democracia racial precisa ser desfeito, a escola precisa parar de reproduzir o racismo, dando visibilidade à literatura infantil e afro-brasileira que referencie as pessoas negras em diversos espaços para que as crianças negras se projetem e enxerguem um futuro diferente do que o eurocentrismo predestina, essas práticas fortalecem a educação democrática.

Através da literatura afro-brasileira é possível resgatar a identidade étnica do/a negro/a brasileiro/a, dando visibilidade a esses povos que há muito tempo é negada pela sociedade. Dessarte, as relações étnico-raciais compõem a formação do nosso país. Assim, ao utilizar esse material pedagógico, o docente pode fazer um momento de reflexão crítica a respeito da cultura africana, tentando desfazer a concepção distorcida e inferiorizada estabelecida pela branquitude.

Para efetivar da educação antirracista, o docente precisa selecionar as literaturas afro-brasileiras adequadas a faixa etária das crianças, colocando essa discussão para os alunos de forma positiva, pois, partir desse tema as crianças desenvolverão suas próprias conclusões a respeito do seu pertencimento étnico. A escola precisa desprender desses padrões de histórias infantis europeias, no qual mostram as mocinhas brancas e frágeis esperando por príncipes, brancos, que irão salvá-las, essa prática só possibilita a perpetuação dos padrões do belo e do bom impostos pela branquitude, assim como, promovera apenas as crianças brancas o lugar de protagonistas nas histórias. As crianças negras continuarão se sentindo inferior e rejeitando seus traços negroides, e crescerão com imposição de que precisam apagar seus traços étnicos para se encaixar ao padrão de sociedade racista.

O trabalho com a literatura afro-brasileira na educação infantil, que mostre os personagens negros/as como protagonistas contribuem na afirmação da identidade étnica e promove a construção da autoestima das crianças negras, assim como, proporciona a valorização desses povos na convivência com a criança branca.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de toda a discussão aqui tecida, pensamos, a partir de Ariés (1981), que mostra a visão da criança no passado, momento em que a concepção de infância não existia, a criança era vista como um adulto em miniatura e suas necessidades ficavam ocultas, desrespeitando seus pensamentos, suas culturas e seu espaço de voz perante a sociedade. Caldera (2010) mostra que as primeiras descobertas sobre o significado de infância aconteceram entre os séculos XV e XVII, período no qual compreendeu-se que a criança precisava de tratamento diferenciado. Com poder da burguesia em ascensão, e o grande desenvolvimento capitalista surgiram outros estudos e visões de sociedade e com isso as primeiras ideias de creche.

No Brasil, o reconhecimento da educação infantil em creche só foi possível através da constituição cidadã de 1988, que concedeu direito educacional ofertado pelo Estado as pessoas que antes foram negligenciadas como; as mulheres, os/as negros/as, os/as indígenas, os/as portadores/as de necessidades especiais, as idosas, as crianças e os adolescentes que passaram a receber atenção especial, nesse momento o país também foi reconhecido como plurirracial e multilinguístico, incorporando o aporte de negros/as e indígenas ao patrimônio nacional. Nesta concepção plurirracial, é relevante destacar que a infância negra foi marcada pela exclusão social; Ribeiro (2019) aponta que a branquitude se tornou um traço identitário construído sobre a opressão do povo negro que foi escravizado por mais de 3 (três) séculos e como herança desse período escravocrata, temos o “racismo”, que nega direitos as pessoas por causa da sua cor de pele. Na tentativa de superar o cenário de segregação racial presente na sociedade contemporânea, o papel de uma educação antirracista ganha destaque.

A proposta educacional, embasada na trajetória dos diferentes povos, os quais tiveram suas contribuições na formação do nosso país, auxilia na construção identitária da criança negra e não negra. Diante disso, as instituições que ofertam a educação infantil possuem o papel de socializar o desenvolvimento infantil com base na família e na sociedade plurirracial. A escola precisa trabalhar com práticas de educação que objetive a valorização das subjetividades de si e do outro, uma educação embasada nos direitos humanos, pois, sendo a educação infantil o primeiro espaço no qual a criança terá acesso aos saberes escolares, essa etapa se torna o

momento crucial para efetivação de práticas pedagógicas antirracista. Isso pode acontecer através da literatura infantil e afro-brasileira. O docente precisa trabalhar essas literaturas na tentativa de (des)construir os estereótipos criados pela branquitude sobre as pessoas negras. Trindade (2012) afirma que o trabalho nesta perspectiva, possibilita a construção da identidade étnico-racial da criança desde a mais tenra idade.

Neste sentido, ao analisar o livro infantil *Cachinho, conchinchas, flores e ninhos*, de Maurilo Andreas, publicado em 2015, foi possível constatar que a obra contribui para proposta da educação antirracista na educação infantil. O docente, durante a prática pedagógica, pode explorar essa literatura fazendo uso da contação de história ou de sequências didáticas sobre a temática racial. São práticas que facilitam a compreensão da criança sobre o respeito as singularidades de cada indivíduo. Através dessa literatura, a criança negra (re)constrói sua identidade, pois os traços da negritude, como os cabelos crespos ou cacheados, são referenciados de forma positiva. Nesta premissa, a função da escola é oferecer o ensino de respeito as heterogeneidades humanas, uma educação que assista democraticamente os direitos de todos os seres humanos. A escola deve estreitar a relação escola e família na perspectiva de reforçar esse dialogo antirracista, de respeito aos traços da negritude, como os cabelos crespos, pois segundo Gomes (2002) eles carregam nossa herança cultural, e mesmo as pessoas tendo suas particularidades individuais, os cabelos ligam-nas a um pertencimento racial comum.

Esta pesquisa é importante porque contribuirá para construção de uma sociedade menos racista, a começa pelas crianças desde a infância. Para isso, é preciso que o educador/a esteja propicio a esse diálogo na sala de aula da educação infantil ressignificando a educação o tempo todo, estimulando mudanças, gerando valores atribuídos ao que durante muito tempo não estava sendo apontado como importante, pois, lutar por justiça social não tem haver só com igualdade, mas principalmente com respeitar os diferentes. No âmbito educacional, é primordial que seja ofertado as crianças o conhecimento sobre as várias manifestações culturais existentes na sociedade, principalmente durante a educação infantil, pois a escola é o lugar de direito de todas as raças, e estas precisam ser respeitadas e valorizadas.

5. REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria Inês Freitas de. Corpo e identidade: o cabelo como símbolo de resistência. In: Ana Cristina dos Santos; Camila da Silva Alvarce. **Vozes insólitas: representações de diversidades e minorias na literatura e no cinema**. Rio de Janeiro: Dialogarts 2020, 1a ed. (digital), p.45-57.

ANDREAS, Maurilo. **Cachinhos, conchinhas, flores e ninhos**. Belo Horizonte. Romana editora, 2015.

ARAÚJO, Leticia Guimarães. **Educação antirracista: uma pedagogia do respeito a diferença**. Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST. São Leopoldo: EST, v. 1, 2012. | p.1740-1756. Disponível em: 1 (est.edu.br) Acesso em:22.abr.2021

BERNADINELLI, L,L; CARVALHO, M, G. **A importância da literatura infantil**. III Encontro científico e simpósio de educação Unisalesiano, Educação e Pesquisa: a produção do conhecimento e a formação de pesquisadores Lins, 17 – 21 de outubro de 2011. Disponível em:[A_IMPORTÂNCIA_DA_LITERATURA_INFANTIL \(unisalesiano.edu.br\)](http://A_IMPORTÂNCIA_DA_LITERATURA_INFANTIL(unisalesiano.edu.br)) Acesso em: 23.mai.2021

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 1988.

BRASIL. Governo Federal. **Base nacional comum curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL. Governo Federal. **Estatuto da criança e do adolescente**. Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF

BRASIL. Governo Federal. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

CALDEIRA, Laura Bianca. **O conceito de infância no decorrer da história**. Disponível em: o_conceito_de_infancia_no_decorrer_da_historia.pdf. Acesso em: 26.mar.2021

CAMPOS, Roselane Fátima. **Educação infantil Políticas e identidade**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 9, p. 217-228, jul./dez. 2011. Disponível em:[educacao-infantil.pdf \(ufsc.br\)](http://educacao-infantil.pdf(ufsc.br)). Acesso em: 21.mai.2021

CARNEIRO, C, Z; RUSSO, M, J, O. **A criança negra e a representatividade racial na escola**. Cadernos de Educação, v.19, n. 38, jan.-jun. 2020. Disponível em: <https://www.bing.com/search?q=CRIANÇA+NEGRA+E+A+REPRESENTATIVIDADE+RACIAL+NA+ESCOLA&cvid=ec35d0f78b6d47b6b5d81833cafe089f&aqs=edge..69i57j69i60.1772j0j1&FORM=ANAB01&PC=SMTS.> Acesso em: 21.mai.2021

CARVALHO, Silva Pereira de. Os primeiros anos são para sempre. In. Maria Aparecida Silva Bento. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade:**

aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012, p.81-97

CAVALLEIRO, E. Discriminação racial e pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo. In. **Educação anti-racista** : caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.65-104

COSTA, Vanessa Rosa da. **Protagonismo de meninas negras na literatura infantil contemporânea**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de educação, Programa de pós-graduação, Porto Alegre, BR-RS, 2020

DIANGELO, Robin J. **Não basta não ser racista: sejamos antirracistas**. São Paulo. Faro editorial, 2018

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo**: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? *Rev. Bras. Educ.* online. 2002, n.21, pp.40-51. ISSN 1809-449X. Disponível em: [n21a03 \(scielo.br\)](https://doi.org/10.1590/S1809449X2002000200003). Acesso em: 26.mar.2021

JÁCOME, Paloma da Silva. **Criança e infância**: uma construção histórica. UFRN, pedagogia, Natal, 2018. Disponível em: [CRIANÇA E INFÂNCIA: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA \(ufrn.br\)](https://repositorio.ufrn.br/handle/2445/10000). Acesso em: 26.mar.2021

LEITE,L,A; RAMALHO,B,B,M; CARVALHO,P,F,L. **A educação como prática de liberdade**: uma perspectiva decolonial sobre a escola. *Educação em Revista*. 2019; 35:e214079. Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>. Acesso em: 26.mar.2021

MARCONI, M, A; LAKATOS, E, M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.º ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MARIOSIA, G, S; REIS, M, G. **A influência da literatura infantil afro-brasileira na construção das identidades das crianças**. *Estação Literária Londrina, Vagão*- volume 8 parte A, p. 42-53, dez. 2011 ISSN 1983-1048 – Disponível em: www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL8AArt06.pdf. Acesso em: 21.mai.2021

MATHIAS, E, C,B; PAULA, S, N. **A educação infantil no Brasil**: avanços, desafios e políticas públicas. *Revista Interfaces: ensino, pesquisa e extensão*. Ano 1, nº 1, 2009. Disponível em: [20170419175323.pdf \(uniesp.edu.br\)](https://repositorio.unesp.br/handle/11362/4419175323). Acesso em:22.mai.2021

MENDES, R, Q; GODOY, M, C. **Por um olhar antirracista na educação**: estudo do conto “o anjo”. Londrina- PR, 2014 ISSN: 2446-5488. Disponível em: [Rafaella de Queiroz Mendes e Maria Carolina de Godoy Texto Completo.pdf \(uel.br\)](https://repositorio.uel.br/handle/2445/10000). Acesso em: 21. abr. 2021

MUNANGA, K. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il.

OLIVEIRA, L, F; CANDAU, V, M, F. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**. Educação em Revista | Belo Horizonte | v.26 | n.01 | p.15-40 | abr. 2010. Disponível em: [01 - luiz oliveira e vera candau.qxp \(scielo.br\)](#). Acesso em: 21.mai.2021

RIBEIRO, Djamil. **Pequeno manual antirracista**. 1ªed. São Paulo. Companhia das letras, 2019

ROSEMBERG, Fúvia. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In. Maria Aparecida Silva Bento. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012, p.11-46

SANTOS, P, F, P; OLIVEIRA, M, A, G. A literatura infantil na educação infantil. Revista Científica do ITPAC, Araguaína, v.5, n.2, Pub.5, Abril 2012. ISSN 1983-6708. Disponível em: [Microsoft Word - Artigo 5.doc \(unitpac.com.br\)](#). Acesso em: 21.mai.2021

SILVA, Aline Luiza. **Trajetória da literatura infantil**: da origem histórica e do conceito mercadológico ao caráter pedagógico na atualidade. Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM || v. 2 - n. 2 – 2009. Disponível em: [234-1-759-1-10-20100625 \(2\).pdf](#). Acesso em: 21. mai. 2021

SILVA, Tarcia Regina. **A valorização da identidade da criança e negra desde a educação infantil**. Cadernos de Estudos Sociais, n. 32, v. 2, 2017. Disponível em: [Vista do A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA E NEGRA DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL \(fundaj.gov.br\)](#). Acesso em: 21.mai.2021

SOUSA, Gabriela Tavares de. **A Representatividade Negra na Literatura Infantil**: dentro da sala de aula. Congresso brasileiro de pesquisadores negros, 2018. Uberlândia-MG. Disponível em: [1538188330_ARQUIVO_XCOPENEARrepresentatividadeNegranaLiteraturaInfantilde ntrodasaladeaula.pdf \(dype.com.br\)](#). Acesso em: 08.abr.2021.

TORMES, J, R; MONTEIRO, L; MOURA, L, C, S, G, A. **Estudo de caso: uma metodologia para pesquisas educacionais**. Disponível em: [<ESTUDO DE CASO NA PESQUISA EM EDUCACAO.pdf>](#). Acesso em: 06. jan. 2021

TRINIDAD, Cristina Teodoro. Diversidade étnico-racial: por uma prática pedagógica na educação infantil. In. Maria Aparecida Silva Bento. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012, p.119-137

ZILBERMAN, Regina. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira**. Rio de Janeiro. Objetiva, 2014.

ZIVIANI, Denise Conceição das Graças. **A cor das palavras:** alfabetização de crianças negras entre o estigma e a transformação. Belo Horizonte, Mazza edições, 2012